

Remocion de Favelas en Barrios Ricos de Sao Paulo .

Tiaraju Pablo D Andrea.

Cita:

Tiaraju Pablo D Andrea (2007). *Remocion de Favelas en Barrios Ricos de Sao Paulo. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/92>

Remoções de favelas em bairros ricos de São Paulo

Tiarajú D'Andrea¹

Com o intuito de analisar de que forma mecanismos macroestruturais reverberam no espaço da cidade, ou em cada um dos espaços da cidade, este trabalho pretende apresentar e discutir qual o padrão das novas centralidades localizadas na *zona sudoeste* da cidade de São Paulo, e de que forma este padrão se institui. Para isso, apresentaremos o caso de seis favelas dessa região, removidas ou em vias de remoção, cujo preditor da mudança forçada tem sido justamente sua localização em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário.

A *zona sudoeste* de São Paulo é a região mais rica da cidade. Os dados socioeconômicos do lugar equiparam-se com os das cidades mais ricas do planeta. Contudo, a edificação dessa nova centralidade ocorre com a expulsão dos pobres a partir dos mais diversos arranjos, que variam desde a compra dos terrenos, à alianças entre poder público e o setor imobiliário, até à urbanização como forma de encarecer o custo de vida e expulsar a referida população.

A seguinte pergunta de Flavio Villaça nos orienta para este trabalho: “por quais mediações passam as transformações socioeconômicas nacionais ou planetárias até se manifestarem em transformações na *estrutura* intra-urbana de nossas cidades? Para nós, passam pelas suas estratificações sociais; pelo desnível de poder econômico e político entre as classes em nossas metrópoles; passam pela dominação que se dá por meio do espaço urbano” (Villaça, 1998: 33). Ou seja, para o autor, a estruturação do espaço urbano ocorre por meio da disputa entre agentes pelos melhores espaços, é nessa senda que podemos, por exemplo, entender como valorização de determinadas regiões ocorre com a eliminação dos núcleos de pobreza nelas existentes, como é o caso do que ocorre na *zona sudoeste* da cidade de São Paulo.

Seis favelas: um destino

Em princípio, podemos afirmar que o fenômeno das remoções de favelas não é novo, e vem ocorrendo há pelo menos cinco décadas em São Paulo. As primeiras favelas

¹ Tiarajú D'Andrea é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Atualmente faz mestrado em Sociologia Urbana na mesma instituição.

removidas estavam localizadas no centro da cidade e foram substituídas por grandes avenidas e edifícios. Esse processo teve continuidade na década de 70, período de forte repressão social e política no Brasil, e adentrou nos anos 80 com pleno vigor, quando inúmeras favelas desapareceram da paisagem dos bairros centrais.

Se num primeiro momento, as intervenções em favelas em São Paulo estiveram focalizadas no centro, sobretudo para a construção de grandes avenidas, as disputas pela centralidade no espaço urbano de São Paulo deslocaram também o foco de intervenção e remoção dos pobres e da pobreza. Em trabalho recente, Heitor Frúgoli demonstra como acontecem as lutas entre agentes para a instituição de novas centralidades no município de São Paulo. Se num dado momento, o hoje denominado centro velho foi sendo substituído enquanto referência econômica pela Avenida Paulista, esta avenida também perdeu espaço quando da criação de uma nova centralidade na margem direita do Rio Pinheiros. Para ilustrar a mudança das centralidades em São Paulo, basta destacar que a direção destas centralidades é a mesma que a do vetor de expansão da riqueza na cidade de São Paulo, como apontado por Flavio Villaça. Esse deslocamento de centralidades colocou as favelas da denominada *zona sudoeste* no olho do furacão.

A partir do ano 1995, duas grandes favelas foram removidas para a construção de avenidas, a favela das Águas Espriadas e a do Jardim Edith (Fix, 2001). A construção destas avenidas, decorrente de um alto investimento do poder público articulado com empresários, permitiu a consolidação de infra-estrutura urbana no local destinada a valorizar substancialmente a região. Nessa região então foram construídos os denominados “edifícios inteligentes”, que possuem a mais alta tecnologia construtiva do país e abrigam os edifícios sedes e sub-sedes das grandes empresas nacionais e multinacionais.

A remoção das duas grandes favelas ocorreu por meio de articulações entre a iniciativa privada, e o poder público municipal. A iniciativa privada depositava dinheiro em um fundo público que foi utilizado para a edificação da referida infra-estrutura urbana e para o pagamento das pequenas indenizações para as famílias removidas. Todos os acontecimentos relacionados ao desaparecimento destas duas favelas encontram-se relatados no livro *Parceiros da Exclusão*, de Mariana Fix.

Nesta mesma região, onde foram construídos estes edifícios de escritórios, foi inaugurada uma loja gigantesca para atender a clientela abastada da região com as melhores

marcas do mercado. Contudo a construção do referido comércio só foi possível com a diminuição pela metade de uma pequena favela denominada Coliseu. Hoje, de forma a colocar-se sob os cânones do empreendedorismo social e agradar o que restou da vizinhança pobre, a loja instalou uma Organização Não-Governamental na favela que presta serviços sócio-educativos. Cabe ressaltar que segundo a prefeitura municipal essa favela está incluída na lista das próximas remoções para a ampliação de avenidas na região.

O sentido de expansão da riqueza em direção à *zona sudoeste* obedece a clivagens territoriais quando cruza o Rio Pinheiros. Se do lado direito da margem deste a paisagem é povoada por altos edifícios de escritório e grandes avenidas com trânsito intenso. Do lado esquerdo da margem do referido rio localizam-se bairros residenciais com mansões, paisagem arborizada e ruas curvas e descontínuas. Dessa diferenciação de usos do solo desdobra-se o fato de que as favelas removidas do lado direito do Rio Pinheiros foram substituídas por grandes obras de infra-estrutura urbana e grandes edifícios comerciais, com intensa intervenção pública. Em outro âmbito, no lado esquerdo do rio, a ameaça de remoção de três favelas existentes ocorre pela necessidade de expansão do mercado imobiliário voltado para a construção de edifícios de apartamentos e residências. Essa diferenciação tem por decorrência outras formas de arranjos e embates entre especuladores, poder público e a população favelada, como veremos a seguir.

A favela do Jardim Panorama, cujo primeiro registro remonta ao ano de 1957, conta com uma população de 420 famílias e passou a ser ameaçada de remoção quando uma construtora iniciou as obras de construção de um megaempreendimento imobiliário. Este empreendimento, previsto para ser inaugurado em 2008, contará com nove torres residenciais, um shopping, três torres comerciais e uma torre de uso misto. Tudo voltado para a elite paulistana. A principal característica do projeto é localizar em um só lugar, sob a proteção de muros, trabalho, lazer e moradia, fundamentando a privatização do espaço público e o conseqüente fim do projeto de cidade enquanto espaço de mescla e sociabilidade. Segundo a construtora, é o maior projeto em construção da América Latina no momento.

A partir do começo da construção do empreendimento, alguns moradores receberam ofertas para venderem seus terrenos. A partir disso, a liderança da favela aceitou o pedido feito por dois advogados para que todos os barracos entrassem num processo de usucapião

coletivo, dado que os terrenos da favela eram públicos e particulares. O que a primeira vista seria um passo importante para os moradores terem a posse dos terrenos, é na verdade a sentença de que os referidos moradores não mais ocuparão aquele espaço, e isto acontece da seguinte maneira: o prazo esperado para o fim do processo de usucapião é de aproximadamente cinco anos. Findo este prazo, e com a provável regularização dos terrenos, a pressão da construtora para a compra desses terrenos passará a ser maior, e dificilmente os moradores resistirão à pressão, até porque nesse momento a região estará supervalorizada com a inauguração do referido empreendimento. Do ponto de vista dos advogados, a ameaça contra a favela é justamente sua maior fonte de lucro, e o mecanismo ocorre da seguinte maneira: qualquer terreno da favela que for vendido, após o usucapião, terá que ser revertido em 15% para os advogados, em forma de terrenos. Dessa forma, os advogados terão uma porção de terra extensa numa das regiões mais ricas e valorizadas da cidade.

O caso do Jardim Panorama é paradigmático neste sentido, dado que toda a remoção desta favela acontece dentro dos marcos da legalidade, e utilizando-se da coerção e da necessidade econômica dos moradores. A pobreza serve neste caso como elemento facilitador da aceitação das propostas. Certamente os atuais moradores do Jardim Panorama, cuja possibilidade de mudança é quase certa, irão habitar as longínquas e desestruturadas periferias da cidade ratificando como os processos de segregação espacial são quase que inevitáveis num sistema econômico de produção desigual da riqueza.

De certa forma, a favela do Jardim Panorama é satélite e dependente de uma outra favela vizinha, o Real Parque, cuja presença de equipamentos públicos e ONG's é maior. Data de 1960 o primeiro assentamento nesta favela, que hoje conta com seis mil habitantes divididos em terrenos públicos e particulares. Uma peculiaridade desta favela é o fato de a mesma já ter passado por uma intervenção pública que construiu duas dezenas de edifícios. Dita intervenção teve por desdobramento a divisão da favela entre os que vivem em apartamentos e os que continuaram residindo em barracos. Esta divisão destruiu laços de sociabilidade e fez emergir conflitos e preconceitos entre os moradores.

De certa forma, o Real Parque padece por um lado da falta de planejamento da política pública, que não interveio na localidade com a finalidade de resolver a questão das moradias precárias, e por outro dos vizinhos ricos, do elegante bairro vizinho, que

resolveram arrecadar fundos para comprar a favela e construir um parque no local, para dessa forma valorizarem suas moradias. Basta um acordo com a prefeitura para que o plano da vizinhança rica seja colocado em prática. Da parte dos moradores da favela, estes provavelmente iriam ocupar as periferias distantes com o que recebessem da venda de seus barracos.

O ultimo caso a ser relatado é o da favela Paraisópolis. Segunda maior favela de São Paulo, Paraisópolis conta com uma população de aproximadamente 85 mil habitantes. A favela está encravada no meio do bairro mais rico do município, o Morumbi, e de todos os casos relatados, este é o único em que houve uma intervenção publica com o intuito de urbanizar a favela. As verbas publicas utilizadas para a urbanização foram arrecadadas com construtoras que, ao doarem dinheiro, ganharam o direito de aumentarem o potencial construtivo de seus empreendimentos no entorno. Cabe ressaltar que Paraisópolis é a primeira favela de São Paulo a ser urbanizada, e isso se deve à sua privilegiada localização. Cabe ressaltar também que o tamanho gigantesco da mesma, uma verdadeira cidade, impossibilitou qualquer tentativa de remoção.

Todavia, a urbanização de Paraisópolis, hoje em andamento, pode desdobrar-se em expulsão da população mais pobre dada a dificuldade desta em arcar com os encargos advindos da regularização fundiária, do pagamento de impostos e da legalização em geral.

A linha 4 do Metrô

Ao mesmo tempo em que uma série de remoções de favelas vêm ocorrendo na região mais rica de São Paulo nos últimos anos, uma impressionante quantidade de obras viárias vêm sendo construídas. Para além da construção e reforma de quatro grandes avenidas, e da conseqüente oferta de linhas de ônibus para a população mais pobre chegar à região, chama a atenção também a construção de uma linha de trem que conecta dois bairros pobres e passa por essa região. Contudo, o maior investimento viário ainda está sendo edificado, é a chamada Linha 4 do metrô, planejada para ligar o centro da cidade à essa região. Chama a atenção como a Linha 4 faz o trajeto exato do *vetor de expansão sudoeste*, estudado por Villaça, e da mudança das centralidades apontadas por Frúgoli. Ainda nessa senda, cabe ressaltar que o percurso planejado para a Linha 4 do metrô a conecta com outras três linhas de metrô e duas linhas de trem. Dessa forma, a Linha 4 é, de

todas as linhas de metrô, aquela que mais facilmente ativa populações de todas as zonas da cidade, diminuindo o tempo de deslocamento e oferecendo uma vasta quantidade de mão-de-obra para esta nova centralidade da cidade. Essas conexões fazem com que a referida centralidade possua uma oferta de mão-de-obra em abundância, barata, e capaz de chegar aos postos de trabalho da *zona sudoeste* no menor tempo possível.

De certa forma, esta nova linha de metrô conectada com tantas outras linhas de metrô e de trem viria a ofertar a essa região os trabalhadores já não existentes com a política de remoção de favelas. Substitui-se o terreno ocupado por barracos por grandes prédios de escritório. Valoriza-se assim uma região e dessa forma potencializam-se os ganhos do mercado imobiliário. A infra-estrutura viária e de transportes serve à produção econômica, ativando a população transformada em trabalhadores e que foi morar na periferia distante. Tudo isto operado pelo poder público articulado com diversos setores da iniciativa privada.

Conclusão

As mudanças ocorridas no sistema econômico nas últimas décadas desdobraram-se em mudanças substanciais na dinâmica de ocupação dos espaços em escala planetária. O caso de uma metrópole como São Paulo, principal pólo econômico de um país da periferia do capitalismo como o é o Brasil, é paradigmático nesse sentido. A passagem de um modo de produção fordista a um padrão flexível de acumulação mudou a forma como o capital transita nos espaços urbanos. Dessa forma, inferimos que a substituição das favelas da *zona sudoeste* da cidade de São Paulo por terrenos vazios que logo se transformariam em edifícios de escritórios de última geração é uma expressão da referida mudança nos padrões de acumulação, uma vez que passa a ser mais importante e lucrativa a acumulação originada pela capital especulativo e financeiro do que aquela originada do emprego da mão-de-obra barata existente em abundância na referida região e necessária para a edificação das construções e para a manutenção das mesmas por meio de serviços domésticos.

Enfim, sem uma política social profunda de combate à pobreza, ou mudanças significativas no padrão de distribuição de riquezas em nossa sociedade, as favelas tenderão a aumentar cada vez mais, e em escala planetária, como nos mostra Mike Davis (2006) em

recente trabalho. Como o problema não pode ser extirpado, dado que o capitalismo financeiro abdicou de qualquer tentativa de combate à pobreza, a questão então passou a ser gerir a pobreza e combater os pobres. Por um lado, uma das formas mais eficazes deste combate é o encarceramento em massa (Wacquant, 2001), por outro, a transferência de local de moradia, como problematizado neste texto.

Bibliografia

- Davis, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- Fix, Mariana. *Parceiros da Exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- Foucault, Michel. . *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Frúgoli Jr, Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- Kowarick, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- Oliveira, Francisco. "O Estado e o urbano no Brasil". In: *Revista Espaço e Debate*, jun-set, 1982.
- Perlman, Janice. *O Mito da Marginalidade. Favela e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Villaça, Flávio. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- Wacquant, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.